

## Sem sombra de pecado

15-Jun-2009

Ao Sr. Governador, o Estado Português pagava-lhe e paga-lhe, para supervisionar a actividade bancária.

O

Sr. Governador falhou nessa missão, a missão fundamental para a qual era, e é, pago.

Artigo de Alice Brito

O Sr. Governador do Banco de Portugal tinha até há pouco tempo um porte majestático. Sorria profissional e aplicadamente e quando abria a boca, parecia que Deus lhe tinha passado uma procuração para em seu nome falar de tudo o que dissesse respeito ao país financeiro, com muitas taxas, números aflitos, défices e outras calamidades. A procuração incluía a voz timbrada, sonsa, a sugerir competências, uma voz calma no apelo formal e urgente ao apertar do cinto, à contenção salarial, subentendendo-se que o estado grave das finanças nacionais se devia aos que trabalham, gente má que quer sempre mais e com nada se contenta.

Isso era no tempo em que os banqueiros eram criaturas severas, distantes, aristocratas, mãos de luva, elite treinada para o monólogo essencial.

O porte do Sr. Governador, acima de todas as coisas conhecidas, e sobretudo das desconhecidas, era do tempo em que os banqueiros não se mostravam. Sabia-se vagamente o seu nome, sempre associado ao nome do próprio banco, e pressupunha-se uma família patricia por detrás desse apelido, gerações e gerações anteriores calçadas no conforto, na opulência, na distância calculada e prudente a que se colocavam das coisas comuns e particularmente das gentes comuns.

Nesse tempo os banqueiros fechavam-se na intimidade hermética da sua importância, eram cultos e versados em humanidades, verdadeiros clérigos do lucro, apreciadores de vinhos raros e de inquestionável bom-gosto, movendo-se em todas as situações com o à vontade que o sangue azul confere. Faziam o que queriam, os honoráveis banqueiros, gente idónea, gente séria, tão séria, que nem se lhes pressentia o riso que punham nas negociatas, nas estroinices bancárias, no crime organizado dos relatórios, nas bolhas de lucro que o sistema propiciava, e mais do que isso, de que o sistema vivia e se mantinha, numa sofreguidão doente.

Por isso o Sr. Governador do Banco de Portugal se dava ao luxo de falar da Economia do país como se esta fosse uma coisa sua.

Recentemente, já a crise se tinha anichado no côncavo das vidas, afirmou que o desemprego de longa duração tinha aumentado neste país já salpicado por muita angústia, porque os desempregados tinham um subsídio generoso.

Para quem não saiba, a média do subsídio de desemprego é de 535 euros. E para quem também não

saiba, o Sr. Governador auferia mensalmente muito mais que os conhecidos 18.000 euros, já que a essa quantia acrescem outras quantias, muitas, subsídios de despesas, bastante mais generosos que os generosos subsídios de desemprego.

Ao Sr. Governador, o Estado Português pagava-lhe e paga-lhe, para supervisionar a actividade bancária.

O Sr. Governador falhou nessa missão, a missão fundamental para a qual era, e é, pago.

Foi negligente, alegadamente crédulo, de uma credulidade que comove, foi voluntariamente cego e surdo, tratou a delinquência banqueira com a condescendência e a bonomia com que os pais tratam as diabruras dos filhos, tapou ilícitos de todas as cores e de todos os feitios, permitiu o desquite mais criminoso de que há memória nesse espaço amoral de todos as pilhagens - a banca.

Este país tem figuras extraordinárias. Durão Barroso, afiançou-nos a existência das armas de destruição maciça. Acreditou em Bush. Que não mentia. O governador do Banco de Portugal acreditou na bandidagem bancária. Também não mentia.

O que não mente, na verdade, são os milhões extorquidos postos no recato dos off-shores, é a astúcia do crime programado, é a miséria das vidas extraviadas no lodo do desemprego, são as empresas desmanteladas, é esta obscenidade planetária do neoliberalismo. O resto é conversa que já vai cansando.

Alice Brito

{easycomments}